



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 22 (*vinte e dois*) dias do mês de setembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 13h 30min. (*treze horas e trinta minutos*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 16ª (*décima sexta*) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, Lúcio Flávio Alves, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira e Ricardo Ferreira Valente Filho. Também presente o Procurador do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior. Passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/3844/2018 – Auto de Infração: 1/201807721. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: BEATRIZ TEXTIL S/A. Relator: CONSELHEIRO LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, negar-lhe provimento, reconhecendo a nulidade em virtude do prazo do Termo de Intimação nº 201805054 que foi de cinco dias quando deveria ser de 10 dias conforme Dec. nº 31.090/2013, por ser favorável ao contribuinte, porém confirmando a decisão de **IMPROCEDÊNCIA** do auto de infração exarada em 1ª Instância, com fundamento no art. 158, § único do Dec. nº 24.569/97, alterado pelo Dec. nº 32.882/2018, conforme art. 106, inc. II, alínea “a”, do CTN. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para acompanhar o julgamento do processo, o representante legal da autuada, Dr. Ismael Barbosa. **Processo de Recurso nº 1/3845/2018 – Auto de Infração: 1/201807723. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: BEATRIZ TEXTIL S/A. Relator: CONSELHEIRO MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, negar-lhe provimento, reconhecendo a nulidade em virtude do prazo do Termo de Intimação nº 201805054 que foi de cinco dias quando deveria ser de 10 dias conforme Dec. nº 31.090/2013, por ser favorável ao contribuinte, porém confirmando a decisão de **IMPROCEDÊNCIA** do auto de infração exarada em 1ª Instância, com fundamento no art. 158, § único do Dec. nº 24.569/97, alterado pelo Dec. nº 32.882/2018, conforme art. 106, inc. II, alínea “a”, do CTN. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para acompanhar o julga-

mento do processo, o representante legal da autuada, Dr. Ismael Barbosa. A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, negar-lhe provimento, reconhecendo a nulidade em virtude do prazo do Termo de Intimação nº 201805054 que foi de cinco dias quando deveria ser de 10 dias conforme Dec. nº 31.090/2013, por ser favorável ao contribuinte, porém confirmando a decisão de **IMPROCEDÊNCIA** do auto de infração exarada em 1ª Instância, com fundamento no art. 158, § único do Dec. nº 24.569/97, alterado pelo Dec. nº 32.882/2018, conforme art. 106, inc. II, alínea “a”, do CTN. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para acompanhar o julgamento do processo, o representante legal da autuada, Dr. Ismael Barbosa. **Processo de Recurso nº 1/1989/2018 – Auto de Infração: 1/201802675. Recorrente: J E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a arguição de decadência, com base no art. 150, § 4º da CTN** - Foi afastado por maioria de votos, considerando que ao caso em questão, aplica-se o disposto no art. 173, inciso I, do CTN. Vencido o Conselheiro Mikael Pinheiro de Oliveira, que acatou o pedido da parte. **2. Em referência à preliminar de nulidade do auto de infração suscitada por uso das planilhas para confecção do auto de infração sem a conversão das unidades de medidas** – Afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que para confecção das planilhas foram considerados os fatores de conversão. **3. Com relação à preliminar de nulidade por cerceamento do direito de defesa sobre a comprovação da entrega e ciência pelo contribuinte onde utiliza os CFOP's RETORNO/REMESSA/DEPÓSITO FECHADO e pela declaração emitida pelo agente fiscal, de que não utilizaria os CFOP', de remessa e retorno do estoque fechado, mas faz seu uso nas planilhas do auto de infração** – Afastada, por unanimidade de votos, considerando que foram utilizados tanto os CFOP's de retorno quanto de remessa, conforme consta dos autos. **4. Quanto à preliminar de nulidade por erros nos cálculos do custo médio, usando como base as planilhas, sem os fatores de conversão corretos** – Afastada, por unanimidade de votos, uma vez que constam das planilhas anexadas dos autos e, entregue ao contribuinte, as médias dos preços por mercadoria, que serviram de referência para a base de cálculo, tanto para as entradas quanto para as saídas. **5. Quanto à preliminar de nulidade suscitada por falta de clareza e precisão do Auto de Infração** – Afastada, por unanimidade de votos, diante da clareza e dos elementos apresentados pela fiscalização que possibilitaram o contraditório e a ampla defesa do contribuinte. **6. Com relação à preliminar de nulidade por cerceamento do direito de defesa, sob a alegação de que o contribuinte não recebeu o CD em Access contendo os documentos da autuação** – Afastada, por unanimidade de votos, considerando que consta dos autos a comprovação da entrega do CD ao contribuinte. **7. Quanto a alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – Foi rejeitada por unanimidade de votos, considerando o disposto no art. 48 da Lei nº 15.614/2014. **8. Com relação ao pedido de redução da multa aplicada, conforme art. 126 da Lei nº 12.670/96** – Afastada, por unanimidade de votos, uma vez que o art. citado não se aplica ao caso em questão. **9. No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, aplicando, entretanto, a penalidade do art. 123, III, “a”, da Lei nº 12.670/96, vigente à época do fato gerador. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com Parecer da Assessoria Processual Tributária adotado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado, no que se refere às questões preliminares, e a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado, e no que se refere a penalidade aplicada, de acordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/1989/2018 – Auto de Infração: 1/201802675. Recorrente: J E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO**

ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão: A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a arguição de decadência, com base no art. 150, § 4º da CTN** - Foi afastado por unanimidade de votos, considerando que ao caso em questão, aplica-se o disposto no art. 173, inciso I, do CTN. **2. Em referência à preliminar de nulidade do auto de infração suscitada por uso das planilhas para confecção do auto de infração sem a conversão das unidades de medidas** – Afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que para confecção das planilhas foram considerados os fatores de conversão. **3. Com relação à preliminar de nulidade por cerceamento do direito de defesa sobre a comprovação da entrega e ciência pelo contribuinte onde utiliza os CFOP's RETORNO/REMESSA/DEPÓSITO FECHADO e pela declaração emitida pelo agente fiscal, de que não utilizaria os CFOP', de remessa e retorno do estoque fechado, mas faz seu uso nas planilhas do auto de infração** – Afastada, por unanimidade de votos, considerando que foram utilizados tanto os CFOP's de retorno quanto de remessa, conforme consta dos autos. **4. Quanto à preliminar de nulidade por erros nos cálculos do custo médio, usando como base as planilhas, sem os fatores de conversão corretos** – Afastada, por unanimidade de votos, uma vez que constam das planilhas anexadas dos autos e, entregue ao contribuinte, as médias dos preços por mercadoria, que serviram de referência para a base de cálculo, tanto para as entradas quanto para as saídas. **5. Quanto à preliminar de nulidade suscitada por falta de clareza e precisão do Auto de Infração** – Afastada, por unanimidade de votos, diante da clareza e dos elementos apresentados pela fiscalização que possibilitaram o contraditório e a ampla defesa do contribuinte. **6. Com relação à preliminar de nulidade por cerceamento do direito de defesa, sob a alegação de que o contribuinte não recebeu o CD em Access contendo os documentos da autuação** – Afastada, por unanimidade de votos, considerando que consta dos autos a comprovação da entrega do CD ao contribuinte. **7. Quanto a alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – Foi rejeitada por unanimidade de votos, considerando o disposto no art. 48 da Lei nº 15.614/2014. **8. Com relação ao pedido de redução da multa aplicada, conforme art. 126 da Lei nº 12.670/96** – Afastada, por unanimidade de votos, uma vez que o art. citado não se aplica ao caso em questão. **9. No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, aplicando, entretanto, a penalidade do art. 123, III, “b”, combinado com o art. 126, da Lei nº 12.670/96, vigente à época do fato gerador. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com Parecer da Assessoria Processual Tributária adotado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado, no que se refere às questões preliminares, e a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado, e no que se refere a penalidade aplicada, de acordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 23 de setembro do corrente ano, às 13h30min. (*treze horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco **Wellington** Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA